



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

### **PARECER JURÍDICO**

**LCR – 072/2021**

**EMENTA:** Projeto de Lei nº 1.146/2021, que Dispõe sobre a denominação da Praça localizada no Residencial Guterrez.

Instado a me manifestar, por imposição regimental, através nos termos do art. 226, do RICM, sobre a viabilidade de tramitação do **Projeto de Lei nº 1.146/2021, que Dispõe sobre a denominação da Praça localizada no Residencial Guterrez**, passo a opinar, com as seguintes considerações:

O presente Projeto, de Autoria do Senhor Vereador **ELTON BARALDI**, em coautoria com o Senhor Vereador **MANOEL MAZZUTTI NETO**, visa nominar a Praça localizada no Residencial Guterrez, de **“PRAÇA MARIA NILDA DICHETE – TIA NITA”**.

Às fls. 002/003, em sua Justificativa, os Autores expõem as razões de sua proposição, aduzindo, em síntese, a importância das praças e logradouros públicos, sem, no entanto, justificar as razões da homenagem.

Apresenta, ainda às fls. 004, a Biografia da homenageada, exaltando sua trajetória de vida.

Da análise, ressaí-se que o presente Projeto se encontra amparado pela Lei 975/2007 e suas alterações, o que lhe confere a legalidade necessária.



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

A iniciativa e a competência do Projeto de Lei atende ao disposto no Regimento Interno, art. 89, combinado com o artigo 37 *caput*, da Lei Orgânica Municipal.

Entretanto, o artigo 95, § 4º, do RICM, assim disciplina:

***Art. 95. O projeto será encaminhado à Mesa e anunciado, durante o Primeiro Expediente, podendo ser lido pelo Secretário, a requerimento de qualquer Vereador, se deferido pelo Presidente.***

(...)

**§ 4º Fica vedada a deliberação de Projeto de Lei de denominação de próprios municipais cujas obras ainda não tenham sido iniciadas.** (grifei)

Este parecerista não tem notícia se as obras da referida "Praça", já se iniciaram, razão pela qual observa que, caso ainda não tenham se iniciado, o presente projeto não poderá seguir o seu trâmite regular, por expressa vedação do dispositivo legal acima elencado.

**Desta forma, após o encaminhamento do Projeto de Lei para Leitura em Plenário, que não se configura ato de deliberação, o mesmo deverá permanecer na Secretaria Legislativa, aguardando o início das obras, devendo caber ao Autor a incumbência de informar quando do início das aludidas obras e requerer a tramitação do presente PL.**

Assim, após vencida essa etapa, recomendo que seja o presente Projeto de Lei encaminhado à Comissão de Justiça e Redação, a quem cabe analisar acerca de sua pertinência, devendo o mesmo tramitar regularmente.



## CÂMARA MUNICIPAL DE **PRIMAVERA DO LESTE**

Desta forma, não encontrando nenhum óbice legal que o impeça, opino **favoravelmente** ao trâmite regular do presente feito.

É o meu parecer.

Primavera do Leste, 27 de maio de 2021.

**Luiz Carlos Rezende**

OAB/MT 8987-B

Assessor Jurídico